

ÉTICA DAS PROFISSÕES E ÉTICA DA PROFISSÃO DOCENTE UNIVERSITÁRIA: ALGUMAS PERSPECTIVAS PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Angelo Vítório Cenci – Universidade de Passo Fundo/RS
angelo@upf.br

Resumo: O presente artigo propõe-se a discutir dimensões éticas fundamentais da profissão docente universitária à luz de uma ética das profissões. Parte-se de uma configuração do âmbito próprio à ética das profissões, desenvolve-se alguns pressupostos da prática docente e chega-se à ética da profissão docente. Esta é tematizada mediante um conjunto de diretrizes éticas voltadas à atividade docente universitária. Por fim, avalia-se o alcance da ética docente universitária para uma gestão democrática na educação superior.

Palavras-chave: ética das profissões; ética docente; prática docente

Introdução

Sabemos que pode haver uma grande diferença entre ser um bom profissional e ser um profissional ético. Também sabemos ser importante para uma ética das profissões que esses dois termos não se configurem como uma disjuntiva: ser competente ou ser ético. Pior, poderia alertar alguém, é não ser nem uma coisa nem outra. Nesse caso, a atividade profissional ficaria completamente comprometida. O fato é que provavelmente poucas vezes se tenha colocado tão fortemente como agora a exigência de profissionalismo, ao mesmo tempo em que, por outro lado, as queixas contra maus profissionais se avolumam, inspiradas sobretudo pela crescente consciência das pessoas acerca de seus direitos. Essa situação se constitui num bom ponto de partida para uma reflexão sobre a ética das profissões e, a partir de aspectos desta, para levar-se adiante uma abordagem da ética na profissão docente. Partimos, pois, de razões que justificam uma ética das profissões [1] para, na seqüência, esboçarmos alguns pressupostos da prática docente [2] e aspectos éticos fundamentais relativos à profissão docente universitária [3]. Por fim, tematizaremos brevemente o alcance da ética docente universitária para uma gestão democrática na educação superior [4].

1 Porque ética das profissões

Indiscutivelmente, um bom profissional é alguém que exerce sua profissão com competência, desenvolvendo seu *métier* com destreza e excelência técnica. Por essa razão, o profissionalismo é uma palavra muito em voga hoje e normalmente traduz o sentido da atuação de alguém altamente especializado, reconhecido corporativa e socialmente, dedicado prioritariamente às suas funções e em condições de dar respostas de alto nível às demandas apresentadas pelo mercado e pela sociedade. Porém, o profissionalismo pode revestir-se de

um caráter ideológico. O profissional pode distanciar-se das finalidades de sua profissão por várias razões e o profissionalismo pode encobrir tal afastamento.

A expressão “fazer algo com profissionalismo” é ambígua, pois pode colocar ênfase em procedimentos corporativos e legais – supostamente imparciais – e ao mesmo tempo omitir exigências éticas e aspirações legítimas da sociedade. O profissionalismo pode abrigar em si práticas corporativas interesseiras e autoritárias, justificadas em nome de uma suposta excelência profissional ou da exclusividade de um conhecimento especializado. A especialização pode então ser levada ao paroxismo, distanciando o profissional das necessidades da sociedade e dos fins intrínsecos à própria profissão. O profissionalismo, nesse caso, tende a justificar-se mais pelo que agrega de especialização do que pelo que possui de compromisso ético em relação às práticas esperadas legitimamente pela sociedade em relação à categoria profissional.¹

Por outro lado, o profissional também pode ter uma postura questionável em relação à finalidade de sua profissão num outro sentido, qual seja, por reduzi-la a mero meio de vida ou emprego, importando-se apenas com o salário no final do mês ou com os lucros presentes ou futuros que com ela poderá obter. A burocratização no âmbito das profissões funciona como um antídoto à excelência. Desta perspectiva, considera-se ‘bom profissional’ aquele que se limita a cumprir normas legais, evitando ser acusado de negligência e resguardando-se diante de problemas legais. Em última instância, a burocratização na esfera das profissões encontra seu ápice naquele sujeito que, sob o aspecto legal, age de modo irrepreensível (Cortina, 2005). Esse *ethos* burocrático tem sustentação não apenas na atitude acomodada, calculista e legalista do profissional, mas também no corporativismo predominante em algumas profissões e na cumplicidade existente entre os profissionais. O *ethos* burocrático ou funcional dá ao profissional a vantagem de permitir que ele trabalhe com a segurança de seu salário e pode ser uma tentação aos que não se limitam a cumprir os mínimos legais exigidos pela profissão.

Em todos esses casos a ação profissional perde de vista aquilo que é a razão de ser de toda profissão: sua finalidade interna. Nesse sentido, os tempos atuais requerem mais profissão e menos profissionalismo, ou seja, necessita-se mais de profissionais virtuosos que de espírito corporativo. A legislação profissional visa salvaguardar um patamar mínimo de exigências relativas à ação do profissional para evitar negligência, danos ou prejuízos aos beneficiados, a seus colegas e à sociedade. A ética, porém, exige bem mais que a legislação

profissional na medida em que demanda compromisso com os beneficiados pela prática profissional. Esse compromisso é o que confere sentido à profissão e é traduzido, em última instância, pela própria finalidade interna de cada profissão.

É inegável que um bom profissional começa pela aptidão e competência no seu ofício e isso demanda também um status corporativo. Uma das principais exigências éticas de toda profissão é a competência no seu exercício e esta é condição para prestar um serviço de qualidade à sociedade – o que significa contribuir para sua melhoria – e ser reconhecido como profissional. Não é suficiente, porém, a excelência técnica e a observância de preceitos legais; faz-se necessário a excelência moral.ⁱⁱ Um forte espírito corporativo ou legalista não assegura uma prática profissional ética. O código de ética e a legislação profissional são importantes, mas não garantem de *per se* a ação ética do profissional. Quando há a necessidade de existir lei demais é porque tende a existir ética de menos.ⁱⁱⁱ Poderíamos então afirmar que a excelência profissional, enquanto bom desempenho técnico da profissão, demanda duas excelências articuladas entre si: a técnica e a ética. O amálgama de tais excelências estaria no aspecto vocacional do profissional. Como destaca Alonso, o trabalho quando percebido e vivido como vocação se transforma em algo inseparável da vida da pessoa, de maneira que “o profissional vocacionado vive para sua profissão e não só de sua profissão” (2002, p.240).

A base de toda ética profissional está na virtude presente no profissional e em sua prática. Aristóteles enfatiza que a ação virtuosa é indissociável do caráter do agente, o que o levou a propor três condições para caracterizá-la como tal: fazê-la de modo consciente, deliberado e a partir da firmeza do caráter (1992, p.39). A ética – e o mesmo vale de modo específico para toda ética profissional – presume certas condições que devem brotar de dentro do próprio agente. Sempre que este se pautar apenas por fatores externos, sejam quais forem – como o medo de sanções pela categoria ou de perder a clientela ou, ainda, a credibilidade – o valor moral de sua ação ficará enfraquecido. Uma ética das profissões deve caracterizar-se como uma reflexão em condições de orientar as práticas das pessoas para serem bons profissionais em um duplo sentido: tecnicamente competentes e moralmente íntegros.

Podemos, nesse sentido, tomar o conceito de prática de empréstimo a MacIntyre. Este define prática como “qualquer forma coerente e complexa de atividade humana cooperativa, socialmente estabelecida, por meio da qual os bens internos a essa forma de atividade são

realizados durante a tentativa de alcançar padrões de excelência apropriados para tal forma de atividade (...)” (2001, p.316). São os bens internos ou intrínsecos que conferem sentido às atividades humanas – tais como as profissionais – e são eles que dão legitimidade a tais atividades perante a sociedade. No caso das profissões há fins internos e externos os quais não podem ser inventados ou substituídos arbitrariamente por qualquer um dos profissionais que ingresse nelas. Tais fins foram sendo constituídos histórica e socialmente e são reconhecidos como legítimos pelos coletivos profissionais e pela sociedade. Eles podem, obviamente, ser adaptados às novas necessidades da sociedade e às evoluções que ocorrem no âmbito da consciência moral social.

A exemplo do que faz MacIntyre em relação ao conceito mais amplo de práticas, no âmbito da ética das profissões pode-se falar em finalidades internas ou intrínsecas e em finalidades externas ou extrínsecas.^{iv} As finalidades internas dizem respeito aos bens ou objetivos intrínsecos à profissão, distinguem uma profissão da outra e lhe conferem sentido, tal como a promoção da saúde na medicina ou a autonomia do educando na educação. Eles resultam da busca de excelência e é típico deles que seu alcance seja bom não apenas para o indivíduo, mas para toda a comunidade que participa de sua prática. Os bens ou fins externos são meios para alcançar a finalidade interna de cada profissão e poderiam ser obtidos, ao menos em tese, por meio de qualquer atividade profissional. Dentre eles estão o reconhecimento social e profissional, remuneração digna, poder e fama.

Os bens internos de uma prática profissional só podem ser realizados se os que a exercitam desenvolverem hábitos adequados para tal. O cultivo de determinados hábitos, para os gregos, era o que tornava virtuoso o caráter de uma pessoa. Nesse sentido, pode-se falar de um profissional virtuoso alguém que busca excelência no que faz. Isso não significa estabelecer uma competição desenfreada entre colegas de profissão – obviamente alguns sempre poderão ser mais excelentes ou “virtuosos” que os demais –, mas exigir de qualquer um deles que procure ser o mais competente possível ou que se empenhe ao máximo para obter um nível de excelência naquelas aptidões exigidas para alcançar a finalidade interna a essa prática (Cortina, 2005).

As práticas profissionais devem ser situadas a partir do pressuposto de que vivemos numa sociedade pluralista onde convivem ao mesmo tempo diferentes códigos morais. Esse pressuposto do pluralismo exige um conjunto mínimo de princípios e valores universais que estejam acima de códigos morais particulares. Nesse sentido, uma ética das profissões –

enquanto ética específica – tem de reconhecer e colocar em sua base valores universais como a igualdade, a justiça, a liberdade, a solidariedade, a democracia, o respeito mútuo, etc. Por essa mesma razão, as práticas profissionais não podem ser legitimadas apenas a partir do âmbito interno de cada profissão. Valores universais consagrados na forma de direitos humanos implicam, no campo profissional, o respeito à dignidade dos profissionais, aos direitos das pessoas concernidas e aos interesses mais amplos da sociedade. Nesse sentido, as práticas profissionais precisam ser entendidas como práticas mediadas. Elas têm de levar em conta um conjunto de agentes, tais como os usuários, os colegas de profissão, os outros profissionais, o meio ambiente, a sociedade, etc. Em última instância, faz-se necessário contemplar o ponto de vista de todas as pessoas implicadas no e pelo trabalho profissional.

A ética profissional não se esgota no âmbito dos deveres ou responsabilidades profissionais. Ela precisa ser coerente com as finalidades internas de sua profissão e com os valores universais próprios de uma ética geral, válida para todas as pessoas. Uns e outros – finalidades internas e valores universais – dão sentido e legitimidade às práticas profissionais. Esses dois aspectos, agregados à competência técnica, conferem excelência ao exercício profissional. No âmbito pessoal é importante também que na escolha da profissão a pessoa o faça levando em conta suas crenças e valores. Isso evitaria determinados conflitos pessoais, os quais se refletiriam também em sua realização pessoal e no serviço prestado às outras pessoas (Navarro, 2007, p.11).

O contrário da excelência no exercício profissional é a mediocridade e a corrupção das finalidades intrínsecas à profissão. Esta última ocorre quando houver uma inversão ou troca dos bens internos pelos externos, perdendo-se de vista a finalidade pela qual a profissão adquire sentido, credibilidade e legitimidade diante da sociedade. Corrupção significa perverter a natureza ou finalidade própria a uma atividade e renunciar à excelência no seu exercício. Ela ocorre no âmbito das atividades profissionais quando estas não são apreciadas em si mesmas pelos que as exercitam por não valorizarem as finalidades internas buscadas com elas ou por desenvolverem-nas unicamente em vista da obtenção de finalidades externas a elas (Cortina, 2005).

2 Alguns pressupostos da prática docente

Após apresentarmos algumas razões que justificam uma ética das profissões vamos tematizar aspectos éticos implicados na prática da profissão docente no âmbito universitário.

Antes, porém, de entrarmos neste ponto específico vamos retomar alguns pressupostos da prática docente uma vez que a ética docente é algo que demanda determinadas condições para ser efetivada. Passamos, pois, a tratar de tais condições.

a) A ação do profissional docente possui um caráter *institucional*. A ética funciona dentro de um contexto que implica regras e pessoas. Ela só existe na relação que aí se estabelece. Em nenhum campo de atuação profissional a ética se esgota nas relações estabelecidas entre os profissionais e os destinatários de seus serviços. O mesmo ocorre com o professor. O trabalho docente é situado a partir de um marco de competências e se configura como uma atividade institucionalizada, ou seja, a partir de um âmbito composto por papéis, regras, expectativas, atribuições, projeto pedagógico, relações pessoais e institucionais, etc. A qualidade técnica e ética do trabalho docente vai depender de uma série de fatores, não apenas pessoais, mas também institucionais.

b) A ética docente deve ser entendida como algo *situado e mediado*. Ela se constitui a partir de determinadas condições institucionais encontradas pelo docente que dizem respeito ao ambiente e às condições de trabalho, às peculiaridades de seus alunos, etc. No caso específico do processo pedagógico, este tem de ser considerado como uma construção a ser feita na mediação da relação do docente com os demais agentes nele implicados. O seu ponto de partida é o professor, mas o processo em si não depende somente dele.

c) A prática docente é movida a partir de *expectativas* em torno dos papéis nela existentes. Os agentes envolvidos esperam que as expectativas vinculadas à prática docente sejam atendidas. As expectativas trazidas à atuação docente podem ser legítimas ou não. O aluno, por exemplo, pode vir à Universidade com expectativas equivocadas ou, mesmo, ilegítimas. Pode limitar-se a vir às aulas julgando que o papel do professor seja repassar conhecimentos e informações e que isso seja suficiente para sua formação. Pode até ocorrer que a maioria dos alunos pense assim. Pode também ocorrer que o professor não consiga quebrar a resistência do aluno ou de sua turma em razão de entender o processo pedagógico de modo diferente. Pode, inclusive, nesse caso, haver um comprometimento de sua proposta de trabalho. Também pode acontecer do aluno achar que o professor é uma espécie de serviçal seu e vê-lo como alguém que deve atender suas expectativas por estar eventualmente pagando pelo ensino. Esses exemplos indicam que administrar eticamente as expectativas – legítimas ou ilegítimas – advindas dos agentes envolvidos nessa prática se constitui num desafio de primeira grandeza para a prática docente.

d) A ação pedagógica possui uma *natureza* muito própria. Enquanto relação é única por ser irrepetível e por manter a inseparabilidade entre a ação e o 'produto' por ela gerado. Desse modo, não pode ser transferida a outrem, nem ser limitada à lógica instrumental da adequação entre meios e fins.^v A postura meramente instrumental (a redução dos fins aos meios) contradiz a natureza do próprio processo educativo que desde suas origens não pode descuidar da dimensão do auto-aprimoramento do sujeito.^{vi} Este sentido originário da ação educativa constitui-se em algo atual e irrecusável. A educação tem como objeto a ação humana enquanto relação e é um processo, não um produto (Oelkers, 1992, p.99). O seu "produto" já está implicado no próprio processo e isso determina sua irreduzibilidade a um modelo meramente instrumental.

e) Ação docente demanda determinadas *condições de trabalho*. A especificidade da profissão docente começa pelas peculiaridades advindas de seu longo processo de formação e continua mediante aspectos como o caráter único de sua função, a exigência de formação permanente, as condições de trabalho necessárias para o exercício de suas funções dentro da instituição, entre outras coisas. A falta de uma adequada estabilidade interna e externa às instituições, de articulação entre as diferentes instâncias que intervêm nos processos formativos, de ambiente acadêmico e de equipes de trabalho para planejar, executar e avaliar as práticas docentes, o risco da lógica do administrativo suplantar o acadêmico, a precarização das condições de trabalho (sobrecarga de atividades, remuneração injusta, excesso de aulas, etc.), a falta de condições para formação permanente, a carência de infra-estrutura e a baixa auto-estima pessoal e profissional são fatores que comprometem a excelência do trabalho docente. O trabalho profissional tem um grande peso na configuração da identidade de quem o faz e por essa razão não representa apenas mais uma atividade. Quando vivenciado como importante para a pessoa que o exerce é levado adiante como vocação; é quando, como observa Alonso, a pessoa "joga seu próprio ser em seu trabalho" (2007, p.21). O trabalho docente, pela sua natureza, demanda um determinado nível de doação do profissional. Porém, quando precarizado leva ao estabelecimento de um abismo entre a pessoa que o professor é e sua prática profissional, e o próprio sentido de vocação pode ficar comprometido.

f) Não existe ética sem *qualidade* no trabalho profissional. A qualidade não pode ser um atributo apenas do trabalho do docente e da instituição. A sua garantia não se enquadra simplesmente à uma lógica de mercado. A qualidade não se coaduna também com a lógica instrumental onde aluno, professor, instituição e sociedade entram em relação atomizados, ou seja, apenas na medida em que cada uma das partes pode tirar algum proveito particular dela

sem importar-se com os demais. O docente não é um serviçal à disposição dos interesses de seus alunos-clientes ou das instituições. Sua relação com o aluno, pares, instituição e sociedade requer uma certa simetria e esta se dá a partir do interesse comum em assegurar qualidade à prática docente.

g) O *espírito investigativo* é um dos sustentáculos da prática docente. Não há boa Universidade sem práticas de pesquisa institucionalizadas. Ela qualifica o docente, o ensino e a formação dos futuros profissionais. A ausência da pesquisa e seu sentido crítico e criativo escleroso o saber, leva a posturas dogmáticas e a tendência à transmissão de um saber estereotipado, quando não fossilizado. Essa atitude é avessa ao espírito acadêmico. Porém, a desvalorização da docência e da formação de profissionais em nome da primazia da pesquisa é ilegítima e prejudicial à Universidade. O alvo desta não é apenas a formação de pesquisadores ou de professores universitários.

3 Aspectos éticos da profissão docente universitária

A partir das considerações feitas sobre o âmbito da ética das profissões e da natureza própria da ação docente universitária torna-se possível o esboço de um conjunto de aspectos éticos relacionados à profissão docente.

a) A ação pedagógica demanda a necessidade de uma *disponibilidade mútua (opção)* por parte de docentes e discentes. Trata-se de uma construção, uma atividade não material onde ato e produto não se separam. A aula para desenvolver-se e ter êxito demanda que seus agentes se coloquem disponíveis e façam uma opção por ela. Isso vale tanto para o professor quanto para o aluno. A aula é um ato essencialmente coletivo e intersubjetivo. É evidente que ela depende de condições prévias como a sua preparação por todos. Porém, se não houver um disponibilizar-se a ela não haverá êxito. O docente pode ser o maior, mas não o único responsável pelo processo pedagógico.

b) A ação docente em sentido amplo e a prática pedagógica em sentido específico não se sustenta sem a *credibilidade* que começa pelo professor e pela *confiança* por ele conquistada. O professor tem de dar crédito ao seu trabalho e isso precisa chegar até seus alunos e pares. Parte do êxito pedagógico depende desse fator, as relações humanas também. Relações baseadas na desconfiança e no descrédito se desgastam, desgastam as pessoas e tendem a tornar o resultado da atividade profissional menos eficiente. A desconfiança e o descrédito

matam o espírito da ação docente. No caso da sala de aula, não há nada pior do que o 'faça de conta que eu ensino, que eu faço de conta que você aprende'.

c) A *formação permanente* do professor e a sua competência constituem-se hoje em exigências éticas fundamentais. A formação permanente possui diferentes níveis: o espontâneo, enquanto produto das vivências pessoais; o sistemático, desenvolvido no âmbito acadêmico e o permanente, propriamente dito, o qual tem como base a própria prática pedagógica do docente, bem como as ações institucionais nas quais está envolvido, o estudo, a pesquisa, a preparação das aulas, as orientações de alunos, etc. O desenvolvimento profissional pessoal precisa dar-se mediante a formação permanente uma vez que esta é requisito para a qualidade na ação docente e é fundamental para realizar os fins internos à sua profissão. Além do mais, se constitui tanto num dever como num direito do docente.

d) O *diálogo* é um requisito ético importante e requer certas condições para acontecer. Dentre elas está o aprender a mediar conflitos. Diálogo exige compromisso de todas as partes envolvidas na prática docente e co-responsabilidade para com ela. Nesse sentido, há que se manter uma atitude crítica e criativa em relação à prática profissional visando aprimorá-la permanentemente.

e) É preciso fazer frente à atual descaracterização do ensino superior e do trabalho docente. Há que se resgatar o conceito de excelência e a *valorização* da condição própria de ser professor. O docente deve contribuir para tornar digna sua profissão. Dignidade implica respeito em três níveis: ser respeitado enquanto profissional, respeitar os demais agentes envolvidos na prática docente e respeitar-se, ou seja, valorizar-se enquanto pessoa e enquanto profissional.

f) O docente deve dedicar-se ao seu trabalho com *consciência* do tipo de serviço que presta à sociedade. Aliado a esse fator deve vir a *opção profissional*. Esta é intransferível e se constitui numa decisão de natureza ética porque implica compromisso em vários níveis: com a profissão, com os alunos, com o projeto pedagógico, com a instituição e com a sociedade. O professor tem de comprometer-se com seu trabalho. Ele nunca pode justificar sua ação pelo modo de agir ou pela omissão dos outros. É obvio que esse compromisso tem de ser compartilhado com os outros agentes envolvidos na prática docente.

g) A universidade, assim como os docentes, tem um compromisso com a *constituição de ambientes éticos*. Ética implica atitude. Aprendemos não apenas com a formação acadêmica

e com nossos alunos e colegas, mas também com o ambiente que vivenciamos. Nenhum processo de aprendizagem se faz apenas cognitivamente. A aprendizagem implica também elementos vivenciais (relacionais). A Universidade é espaço de saber e de vivências. Se o ambiente é hostil ou cooperativo isso influencia significativamente no processo de aprendizagem. Os ambientes sempre possuem, em maior ou menor escala, vícios e virtudes. Ambientes éticos favorecem uma prática docente tecnicamente mais produtiva e de melhor relacionamento entre as pessoas.

h) O docente, querendo ou não, é sempre um *educador moral*. Sua prática tem implicações éticas, mesmo que de modo não consciente e isso ocorre ao menos em dois níveis. O primeiro é o interpessoal e se dá mediante a postura pessoal do educador enquanto profissional (qualificação das aulas, organização pessoal, preparo das atividades, grau de compromisso com a formação permanente, comprometimento com a instituição e com seu trabalho, etc.); da atitude do educador em relação aos alunos (respeito, diálogo, capacidade de colocar-se no lugar do outro, exercício democrático do poder/autoridade, etc.); e da posição do educador em relação a valores e normas (suas posições éticas, se fundamentadas ou não, se assume posições claras, dúbias, frágeis, superficiais ou dogmáticas). O segundo nível é o institucional. Este se dá a partir do modo como se organizam as relações de poder na instituição, da forma como são tomadas as decisões, de como é feita a gestão do Curso e da instituição, de como é dinamizado o projeto pedagógico, do nível de envolvimento e participação dos docentes, discentes, dirigentes e funcionários, do grau de participação destes agentes nos espaço diretivos, do planejamento e execução de atividades dos Cursos e da instituição, dos fóruns de diálogo onde são discutidas questões relativas ao processo pedagógico ou administrativo, do tipo de normas e regulamentações adotadas pela instituição e do cultivo de valores universalmente defensáveis, tais como o pluralismo, a democracia, a solidariedade e a justiça.

i) O *projeto pedagógico* de cada curso tem um papel ético importante como elemento orientador da ação e fornecedor de princípios que ajudam a dar unidade à ação. Isso permite integrar a comunidade universitária em torno de objetivos comuns e favorece a participação e o compartilhamento de responsabilidades. O projeto pedagógico, quando efetivo, ajuda a evitar práticas fragmentárias e arbitrariedades e auxilia no exercício do poder na medida em que este deve residir mais no projeto do que nas pessoas. A ação pautada pelo projeto pedagógico favorece a transparência e o comprometimento dos agentes com a proposta de

trabalho. Não bastasse, o projeto pedagógico pode contribuir de um modo significativo para a vivência de práticas democráticas dentro do ambiente acadêmico.

j) Presume-se que o docente tenha um nível de maturidade moral suficiente a ponto de ser capaz de *colocar-se no lugar dos outros*, sobretudo de seus alunos e pares. Não se trata de estabelecer relações paternalistas, mas da capacidade de contemplar os outros na perspectiva de sua prática docente e de comprometer-se efetivamente com a formação e com a pessoa do educando.

k) O docente precisa ser alguém que fomente os *valores fundamentais da prática docente*. Ele tem de estar consciente da dignidade de todo ser humano e contribuir, na medida das possibilidades pessoais, para uma prática solidária da profissão; deve procurar adquirir e potencializar qualidades que configurem o caráter específico da profissão docente e que são necessárias para o melhor cumprimento de valores profissionais como espírito de equipe, coleguismo, curiosidade intelectual, respeito, disponibilidade e paciência para ensinar e aprender, etc. A propósito, não é possível ter-se uma postura ética no âmbito acadêmico sem que haja um ambiente de trabalho pautado pelo respeito entre colegas e em relação aos alunos.

l) O docente deve procurar exercer a docência de *modo justo*. Posturas arbitrárias comprometem a credibilidade do professor, suas ações e, de modo mais específico, a prática pedagógica. Tratar com certa imparcialidade, avaliar com justiça, agir de acordo com critérios claros e públicos, manter uma certa coerência e linearidade na ação são requisitos para a uma prática docente justa.

m) Outro importante aspecto a ser considerado no trabalho do docente é o *exercício democrático do poder*. Tal exercício, em sala de aula, implica saber dialogar produtivamente com o aluno e, se necessário, pressioná-lo para que o mesmo garanta sua parcela de participação no processo pedagógico.^{vii} O professor tem de evitar práticas autoritárias e arbitrárias, onde julga ser o dono da verdade, ou displicentes, onde julga os alunos possuírem a verdade.

n) A atividade docente vai além da sala de aula, mas esta será sempre seu ponto de apoio. A relação com os alunos é o ato que melhor traduz o sentido da prática docente e a *valorização das aulas* resulta num dos principais fatores de realização e da razão de ser da prática docente. Esse compromisso envolve alguns níveis. a) a responsabilidade em relação às atividades profissionais: o docente não possui apenas uma obrigação legal, mas sobretudo

ética de se fazer presente e aproveitar da melhor forma possível o tempo da sala de aula – uma vez que esta é um espaço privilegiado para a relação pedagógica – e os demais espaços de sua atuação profissional. b) a preparação prévia e qualificada das aulas: a preparação se constitui em um espaço de pesquisa pessoal desenvolvida pelo professor e leva a despertar o espírito investigador no aluno. Além disso, ela se constitui em prerrogativa para o diálogo e o êxito na relação pedagógica (Benincá, 1985); c) o esforço em dinamizar da melhor forma possível suas aulas e a pressão para que o aluno assuma seu espaço e responsabilidades na relação pedagógica. O professor deve empenhar-se através de todas as formas adequadas e legítimas que estiverem ao seu alcance para garantir a excelência da prática pedagógica.

4 À guisa de conclusão: algumas perspectivas éticas para a gestão universitária

Na abordagem que levamos adiante acima privilegiamos a dimensão da ética na ação docente em sentido estrito. Cabe, mesmo que de modo breve, referirmos o aspecto da ética da ação docente em sentido mais amplo, qual seja, enquanto relacionada ao aspecto da gestão na universidade. Entende-se que uma ética da profissão docente constitui-se num importante suporte para um modelo democrático de gestão universitária. Nesse sentido, ela pode auxiliar em dimensões fundamentais desta como o exercício da transparência, da responsabilidade e da democracia e, sobretudo, na superação de modelos autoritários e tecnocráticos de gestão.

Nesse âmbito, alguns problemas merecem atenção. Mencionemos dois deles, o da precarização das condições de trabalho dos docentes e o da destituição destes da função de gestão. Há muitas situações hoje em que o docente tem seu trabalho seriamente afetado por ter de acumular mais tarefas com a mesma carga horária; há situações em que o docente é reduzido a monitor; há ainda situações, típicas de gestão tecnocrática, em que ele tem suas funções político-pedagógicas substituídas por técnicos administrativos. É cada vez mais comum encontrar-se instituições em que modelos de gestão oriundos do ensino fundamental privado são transferidos para a Universidade e os docentes destituídos da função de gestão em nome da “profissionalização” da mesma.

Essa destituição e a precarização do trabalho tem importantes repercussões éticas por comprometer não apenas as condições necessárias para o trabalho docente ocorrer, mas por comprometer sua qualidade e seu papel social. Como já foi destacado, a excelência profissional, enquanto bom desempenho da profissão, demanda duas excelências articuladas

entre si: a técnica e a ética. Somente uma gestão afinada às finalidades intrínsecas da Universidade tem condições de garanti-las.

A Universidade é um espaço que contribui, através do modo como é estruturada e administrada, para a formulação de parâmetros para a vivência de valores universalmente desejáveis. Nesse sentido, a gestão universitária deveria fomentar, através de suas práticas, valores como a igualdade, a justiça, a solidariedade e a democracia. Construir modelos éticos e democráticos de gestão universitária é, pois, uma tarefa exigente. Implica o desenvolvimento de um ambiente propício para o estabelecimento de relações democráticas de modo a conceber-se a democracia não apenas como exercício de poder, mas sobretudo como forma de vida.

ⁱ Esse aspecto ideológico do profissionalismo pode ser aguçado em razão da tendência cada vez mais forte de o sentido de vocação associado à profissão ser substituído pelo de carreira profissional. Carreira tende a extrapolar o espaço de um coletivo profissional e a orientar-se por normas de ação impessoais, além de pautar-se pela busca de promoção e sucesso pessoal. O *ethos* profissional tende aqui a ser substituído pelo *curriculum vitae*.

ⁱⁱ Esse conceito remonta ao sentido originário de *arete*, dos gregos, o qual estava profundamente associada ao sentido de excelência e se opunha à mediocridade.

ⁱⁱⁱ A esse respeito, CORTINA, A. e MARTINEZ, E. *Ética*. Madrid: Akal, 1996, p.40s.

^{iv} A esse respeito, também CORTINA, A. *Cidadãos do mundo*. Petrópolis; RJ: Vozes, 2005, p.121s.

^v A respeito do problema da relação entre meios e fins na educação, a partir do tema kantiano-adorniano da maioridade, vide Eidam H. Educação e maioridade em Kant e Adorno. In: Dalbosco, C. A. e Flickinger, H.-G. *Educação e maioridade: dimensões da racionalidade pedagógica*. São Paulo, Cortez; Passo Fundo, UPF Editora, 2005.

^{vi} O próprio Kant já havia observado que a arte da educação tem de ser *mecânica* apenas em certas oportunidades – onde aprende-se mediante experiência se algo é útil ou não ao homem –, pois se ela se reduzisse a isso padeceria de muitos erros e lacunas por não seguir plano algum. Se ela pretender desenvolver a natureza do homem ao ponto de esta alcançar sua destinação deve ser *raciocinada*, ou seja, reflexiva (Kant, 1999, p.21).

^{vii} Pressão é algo muito diferente de opressão, de autoritarismo. Como destaca Benincá, “a atitude opressiva se processa no fato de o professor não permitir a liberdade de crescimento do aluno (...). Pressionar, ao contrário, é uma atitude que se concretiza em exigências e desafios para o aluno (...) para encorajá-lo a assumir sua independência e, portanto, sua liberdade” (1985, p.10).

Referências

- ADORNO, T. Tabus relativos à profissão de ensinar. In: *Palavras e sinais*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ALONSO, A. H. *Ética das profissões*. São Paulo: Loyola, 2006.
- _____. *Ética profesional de los profesores y maestros*. Disponível em: <http://udefa.edu.ve/seminarioucab/documentos/004.pdf>. Acesso em: 14/08/2007.
- ANTUNES, R. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ARAÚJO, U. F. Respeito e autoridade na escola. In: AQUINO, J. R.G. (Coord.). *Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1999.
- ARISTOTELES. *Ética a Nicômacos*. 2 ed. Brasília: Edunb, 1992.
- BENINCÁ, E. A formação continuada. In: BENINCÁ, E e CAIMI, F. E. *Formação de professores: um diálogo entre a teoria e a prática*. Passo Fundo: UPF Editora, 2002.
- _____. Prática pedagógica da sala de aula: princípios e métodos de uma ação dialógica. In: Comissão de graduação (org.). *Ética e diálogo na prática pedagógica universitária*. Col. Cadernos de graduação, ano 1, v.1, p.11-18. Passo Fundo: Ediupf, 2000.
- CENCI, A. V. *O que é ética? Elementos em torno de uma ética geral*. 3 ed. Passo Fundo: A. V. Cenci, 2002.
- _____. *A educação moral em perspectiva: concepções clássicas e desafios atuais*. Passo Fundo, UPF Editora, 2007.
- _____. A ética e a prática pedagógica do professor universitário. In: Comissão de graduação (org.). *Ética e diálogo na prática pedagógica universitária*. Col. Cadernos de graduação, ano 1, v.1, p.11-18. Passo Fundo: Ediupf, 2000.
- CORTINA, A. *Cidadãos do mundo*. Petrópolis; RJ: Vozes, 2005.
- EIDAM, H. Educação e maioria em Kant e Adorno. In: Dalbosco, C. A. e Flickinger, H.-G. *Educação e maioria: dimensões da racionalidade pedagógica*. São Paulo, Cortez; Passo Fundo, UPF Editora, 2005.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 15 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- KANT, I. *Sobre a pedagogia*. 2 ed. Piracicaba, Unimep, 1999.
- MACINTYRE, A. *Depois da virtude*. Bauru: Edusc, 2001.

-
- MARTIN, A. C. Desde la ética normativa a la ética de las profesiones: una aproximación a la moral profesional de los docentes. Disponível em: <http://www.uclm.es>. Acesso em 14/08/2007.
 - MACHADO, M. H. Sociologia das profissões In: MACHADO, M. H. (org.). *Profissões de saúde: uma abordagem sociológica*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.
 - NAVARRO, E. M. *Ética de la profesión: proyecto personal y compromiso de ciudadanía*. Disponível em: http://www.revistaveritas.cl/articulos_14/E_Martinez.pdf. Acesso em 18/11/2007.
 - OELKERS, J. *Pädagogische Ethik: Eine Einführung in Probleme, Paradoxien und Perspektiven*. Weinheim und München: Juventa, 1992.
 - PANIZZI, W. *Universidade para quê?* Porto Alegre: Libretos, 2006.
 - PUIG, J. M. et al. *Democracia e participação escolar*. São Paulo: Moderna, 2000.
 - SANTILLÁN, M. A. P. Ética profesional. *Gestión en el Tercer Milênio*. Revista de Investigación de la Facultad de Ciências Administrativas. UNMSM. Ano 6, n.12. Lima, Dez./2003.
 - VALLS, A. *Da ética à bioética*. Petrópolis: Vozes, 2004.
 - WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 5 ed. São Paulo: Pioneira, 1987.